

CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO

DATA: 07/10/2007 - DOMINGO / MANHÃ

CARGO:

D21 - Fiscal de Tributos

GABARITO

A

ATENÇÃO

O **Caderno de Questões** contém 40 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).

CONFIRA O GABARITO DO SEU CADERNO DE QUESTÕES COM O CARTÃO DE RESPOSTA

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo e **Gabarito**. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A prova objetiva terá duração de 4 horas, incluídos neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição de **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas, com falta de nitidez, com mais de uma opção assinalada e as emendadas, rasuradas ou com marcação incorreta.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. O candidato só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando uma hora para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça o documento de identidade e seus demais pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será afixado no Posto de Atendimento e disponibilizado no site www.concursofec.uff.br, na data estabelecida no Cronograma Previsto.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

EM DEFESA DA CLASSE MÉDIA

Existem centenas de teorias políticas escritas pelos mais variados cientistas políticos que têm defendido a tomada do poder por um grupo de pessoas inteligentes, éticas e comprometidas com o bem comum.

A lista de teorias é longa, desde o filósofo Rei de Platão, até os Socialistas Fabianos, os Sociais Democratas com sua elite de tecnocratas, até os escritos de Gramsci e seus intelectuais orgânicos e engajados. Serra, no seu primeiro discurso de campanha em 2002, disse que havia escolhido as 100 melhores cabeças do país para montar um programa de governo. Perdeu meu voto e de mais 2 milhões de eleitores da classe média que também acham que sabem pensar.

No mundo moderno de hoje, felizmente ou infelizmente, precisamos de muito mais do que uma elite de 100 ou 1.000 pessoas para mudar um país. Hoje, para um país dar certo, é necessária a participação de milhões de cidadãos atuantes, que se distinguem dos demais pela suas pequenas lideranças, pelas suas pequenas iniciativas, nas suas pequenas comunidades e pequenas empresas.

São normalmente aqueles que mostram o caminho não pelas suas idéias, mas pelos seus exemplos. Exemplos de sucesso, disciplina, persistência e determinação. São aqueles que chamamos de classe média: os gerentes, os supervisores, os administradores, os pequenos e médios empresários, os juizes, os advogados, os médicos, os funcionários públicos, os profissionais liberais e os professores universitários, entre outros.

É a classe média que gera emprego, que cria valor, razão pela qual é sempre mais tributada pela classe dominante. Normalmente, a classe média representa 10% da população, e, se incentivarmos cada membro da classe média a criar 10 empregos, teremos pela primeira vez no Brasil o pleno emprego.

Poderia a classe média gerar empresas e nove por cada membro? Na realidade é o que já fazem: a maioria das pequenas e médias empresas são abertas por pessoas da classe média, ou por ex-funcionários que aprenderam com alguém da classe média. Em Bento Gonçalves, uma das melhores cidades para se viver no Brasil, existe uma empresa para cada 10 habitantes da cidade.

Se um incentivar cada empresa média a contratar 12 funcionários, em vez de 10, sabem o que iria acontecer? Os salários não parariam de subir, porque não daria para contratar 120% da população. Cada pequeno empresário teria de tentar roubar o funcionário do outro, oferecendo um salário maior. Que beleza! Porém, não são os intelectuais nem os professores nas faculdades que ensinam os segredos do sucesso na vida. Quem ensina é a classe média, aos seus 10 a 50 funcionários, muitos dos quais acabam montando negócios concorrentes. Pobre não aprende de rico nem de intelectual. Pobre emula a classe mais próxima, a classe média, aquela que ainda lembra como era ser pobre, e conseguiu sair dela criando valor.

Só que no Brasil ninguém defende a classe média, muito menos seus valores e sua postura política. Os ricos são naturalmente de direita, são conservadores, querem manter o "status quo". A classe média não é de direita nem de esquerda. É de centro e liberal. São os profissionais liberais, por excelência, que acreditam na autonomia, na responsabilidade pessoal e social, na poupança para a velhice, nos valores familiares, no imposto sobre herança. Mas o liberalismo é a ideologia mais atacada no Brasil, pela direita e pela esquerda. A direita vê na classe média uma ameaça; a esquerda vê nela a burguesia a ser destruída.

Que eu saiba, nenhum jornal brasileiro defende a ideologia da classe média, justamente seus leitores. Não há um jornal liberal que defenda os valores típicos da classe média. Por isso, a classe média está deixando de renovar suas assinaturas de jornais e revistas, onde o editorial normalmente defende os valores da direita, o resto do jornal defende os valores da esquerda.

A circulação de jornais e revistas tem caído quase 20% nestes últimos anos, justamente porque a classe média cansou de comprar jornais que não defendem os seus pontos de vista, somente os daqueles que querem a sua destruição.

O primeiro jornal diário a ser criado por pessoas de classe média, que defendam os valores da classe média, terá todos os anúncios e circulação que desejar, sem precisar de anúncios do governo, empréstimos do BNDES, nem viver na corda bamba, fazendo editoriais para não criticar demais o governo.

(KANITZ, Stephen. IN www.kanitz.com.br / ARTIGO INÉDITO, acessado em 06 de agosto de 2007.)

1. Com relação ao binômio "teoria X prática", o autor postula que a teoria, utilizada para uma melhora no sistema de desenvolvimento nacional:

- A) mostra-se menos relevante que a prática, sobretudo se levada a cabo pelos trabalhadores menos favorecidos;
- B) possui grau de importância elevado, pois embasa ideologicamente os atos de seus cidadãos;
- C) assume grau de relevância, se colocada em prática por pessoas socialmente atuantes;
- D) incentiva a criação de práticas saudáveis, visto que gera empregos;
- E) ensina à classe média algumas formas de vida, como a sobrevivência em um mundo competitivo.

2. No quarto parágrafo, o autor repete uma mesma sequência: "São normalmente aqueles que mostram o caminho" e "São aqueles que chamamos de classe média". Tal repetição funciona textualmente como recurso:

- A) literário e descritivo;
- B) narrativo e argumentativo;
- C) vicioso e estilístico;
- D) pejorativo e valorativo;
- E) estilístico e enfático.

3. No primeiro parágrafo, o autor expõe uma TESE, comumente defendida por cientistas políticos de renome. Com relação a essa tese, o autor assume, no decorrer de seu texto, posição:

- A) contrária;
- B) similar;
- C) coerente;
- D) parcial;
- E) imparcial.

4. No segmento "Poderia a classe média gerar empresas e nove, por cada membro? Na realidade é o que já FAZEM", a flexão do verbo em destaque se justifica pela mesma regra gramatical utilizada na alternativa:

- A) O segmento social trabalhador luta por uma vida mais digna.
- B) A comunidade trabalhava: lutavam por um mundo melhor.
- C) Vossa Senhoria é mal-educado.
- D) Agente, por nosso trabalho, é elogiada o tempo todo.
- E) Faz tempo que não falamos disso.

5. No fragmento "É a classe média que gera emprego, que cria valor (1), razão pela qual é sempre mais tributada pela classe dominante (2)", os constituintes numerados denotam:

- A) proporcionalidade (1) e explicitação (2);
- B) conformidade (1) e explicação (2);
- C) causa (1) e consequência (2);
- D) afirmação (1) e racionalidade (2);
- E) concessão (1) e tempo (2).

6. O articulista, após esclarecer a importância da atuação da classe média, chama a atenção para uma contradição que reside no fato de a classe dominante, em relação à classe média, não lhe aferir o devido prestígio. O trecho em que se infere esse ponto de vista é:

- A) “Por isso, a classe média está deixando de renovar suas assinaturas de jornais e revistas”.
- B) “São os profissionais liberais, por excelência, que acreditam na autonomia”.
- C) “A circulação de jornais e revistas tem caído quase 20% nestes últimos anos”.
- D) “Só que no Brasil ninguém defende a classe média, principalmente seus valores”.
- E) “Os ricos são naturalmente de direita, são conservadores, querem manter o 'status quo'”.

7. No quarto parágrafo, o autor separa diversos substantivos por vírgula, discriminando diversas profissões. Esta seleção é utilizada para:

- A) explicitar as principais categorias profissionais que compõem o segmento social sob análise;
- B) restringir o número de profissionais que atuam verdadeiramente no segmento financeiro;
- C) valorizar os profissionais liberais por excelência, principalmente os professores;
- D) divulgar aqueles que geram emprego de forma desinteressada e são socialmente atuantes;
- E) propagar as profissões com maiores chances de pleno emprego no mercado financeiro atual.

8. No último parágrafo, o autor afirma que os jornais atuais vivem “na corda bamba”. Pelo texto, podemos deduzir que estes periódicos:

- A) dependem de subsídios governamentais, nem sempre garantidos;
- B) escrevem editoriais a favor do governo, mesmo que não concordem com ele;
- C) concordam com os fundamentos liberais, embora prefiram os de esquerda;
- D) defendem a classe média, ainda que contra os seus princípios;
- E) destroem qualquer movimento liberal advindo da classe média.

9. Os valores semânticos depreendidos dos termos em destaque nas sentenças “PELAS suas pequenas lideranças”, “mas PELOS seus exemplos” e “POR pessoas da classe média” são, respectivamente:

- A) explicação / meio / finalidade;
- B) causa / meio / agente;
- C) causa / modo / limite;
- D) referência / meio / companhia;
- E) instrumento / contraste / afirmação.

10. O termo “isso” no enunciado “Por isso, a classe média está deixando de renovar suas assinaturas de jornais e revistas” se refere, no texto, ao:

- A) fato de o liberalismo ser a ideologia mais atacada no Brasil;
- B) profissionalismo dos integrantes de diversas profissões;
- C) descontentamento dos leitores da classe média;
- D) conservadorismo da classe mais favorecida financeiramente;
- E) liberalismo da classe média sem apoio dos setores midiáticos.

11. Dos termos em destaque nos fragmentos abaixo, o que se apresenta com valor aditivo é:

- A) “PORÉM, não são os intelectuais nem os professores de faculdade que ensinam”.
- B) “Porém, não são os intelectuais NEM os professores de faculdade que ensinam”.
- C) “OU por ex-funcionários que aprenderam com alguém da classe média”.
- D) “Os salários não parariam de subir, PORQUE não daria para contratar 20% da população”.
- E) “aquela que ainda lembra COMO era ser pobre”.

12. Escreva (V) para asserção VERDADEIRA e (F) para asserção FALSA, levando-se em conta a correspondência entre as frases e a norma culta do idioma:

- () Criar-se-á jornais para a classe média. / Jornais para a classe média serão criados.
- () Poderíamos aceitar as críticas alheias. / Críticas alheias poderiam ser aceitas por nós.
- () Eles assistiram a uma cerimônia na empresa. / Uma cerimônia na empresa foi assistida por eles.
- () Os jornais obedecem as normas de editoração atual. / Normas de editoração atual são obedecidas pelos jornais.

A opção que corresponde à seqüência obtida, na ordem de cima para baixo, é:

- A) (F) (F) (V) (F);
- B) (V) (F) (V) (F);
- C) (V) (F) (F) (V);
- D) (F) (V) (F) (F);
- E) (V) (V) (F) (V).

13. Das alterações feitas na redação do trecho “O primeiro jornal diário a ser criado por pessoas de classe média, que defendam os valores da classe média, terá todos os anúncios e circulação que desejar, sem precisar de anúncios do governo”, aquela que mantém o sentido original e está gramaticalmente correta é:

- A) Quer-se editar um jornal da classe média que defendam, seus valores. Em decorrência, apresentará anúncios e circulação a seu critério, sem necessitar de subsídios advindos de propaganda governamental.
- B) Caso um jornal da classe média seja criado por indivíduos que pertençam a esse segmento, veiculará os anúncios e terá a circulação que desejar, dispensando anúncios governamentais.
- C) Um jornal de classe média, cuja a ideologia seja a do próprio segmento social, defenderá seus próprios interesses e, além disso, terá liberdade na veiculação de anúncios e em sua própria circulação, não carecendo mais do governo.
- D) O primeiro jornal diário a ser criado por pessoas da classe média vai preconizar, certamente seus valores, com os anúncios e a circulação que desejar, podendo dispensar propaganda governamental.
- E) À proporção que seja criado um jornal da classe média, os valores a ela, pertinentes, serão veiculados de forma adequada. Portanto, escolherá sem pressões seus anúncios e sua circulação, não necessitando mais de publicidade governamental.

14. Em “é necessária a participação de milhões de cidadãos atuantes”, respeitou-se a concordância solicitada pela norma culta do idioma. O mesmo ocorre nas frases da opção:

- A) É preciso paciência na leitura de artigos mais extensos / As funcionárias chegaram ao emprego todas molhadas pela chuva / Onde se encontra escondida a ideologia e os valores desta classe?;
- B) Há teorias que deixam a professora meia preocupada/ Ela é uma das classes que são atendidas pelo governo/ Ela é uma das classes que é atendida pelo governo.
- C) A elite pode melhorar o país? Vão melhorar a economia brasileira? / Não, hajam vistas as dificuldades encontradas / Feito os orçamentos, todos se retiraram.
- D) Haviam menos intelectuais engajados / Ultrapassadas as dificuldades, a classe média já apresenta seu valor / Nem um nem outro se manifestaram depois da leitura do artigo.
- E) É necessário tranqüilidade / Eram anúncios o mais interessantes possível / Enviei-lhe em anexo os documentos de nossa empresa.

15. Ao dizer que “Pobre emula a classe mais próxima”, o autor está defendendo o ponto de vista de que pobre:

- A) imita a classe mais próxima;
- B) discute com a classe mais próxima;
- C) inveja a classe mais próxima;
- D) compete com a classe mais próxima;
- E) desdenha a classe mais próxima.

16. Das frases abaixo, a correta é:

- A) Os advogados mandaram ele entrar.
- B) O fato dele executar a tarefa não é inusitado.
- C) O juiz trouxe consigo os processos.
- D) Vimo-te no consultório do médico.
- E) Estivemos aonde os comerciantes se reúnem.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, responda às questões 17 e 18:

17. Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito à seguinte cominação:

- A) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;
- B) ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

- C) ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos;
- D) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dois anos;
- E) ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dois anos.

18. São atos que constituem improbidade administrativa que causem lesão ao erário por qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional:

- A) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie/ ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- B) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza/ receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;
- C) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades/ receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- D) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado/ perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- E) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado/ liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.

19. O poder constituinte, aquele poder que pode criar, elaborar e reformar a Constituição, tem como seu titular de direito:

- A) o congresso nacional;
- B) o presidente da república;
- C) os representantes do povo;
- D) o poder legislativo;
- E) o povo.

20. O Art. 23 da Constituição da República apresenta um rol de assuntos que são de competência comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A alternativa que apresenta uma dessas matérias comuns é:

- A) sistemas de poupança;
- B) imigração de estrangeiros;
- C) produção agropecuária;
- D) seguridade social;
- E) atividades nucleares.

21. O ato administrativo deve apresentar os seguintes elementos:

- A) publicidade, finalidade, competência, fundamento e discricionariedade;
- B) agente público, validade, objeto, fato e fundamento;
- C) competência, publicidade, discricionariedade, finalidade e motivação;
- D) fato, fundamento legal, motivo, alteração jurídica e exteriorização;
- E) competência, finalidade, forma, motivo objeto.

22. Com base no Código Penal, os crimes contra a administração pública: peculato e concussão são, respectivamente:

- A) Entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso/ Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.
- B) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem/ Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- C) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem/ Abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei.
- D) Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano/ Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente; verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- E) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio/ Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

23. Considerando o ordenamento jurídico brasileiro, verificada a incompatibilidade entre uma norma da Constituição Federal e uma norma do Regulamento Geral de Controles Internos, sancionada pelo prefeito de um determinado município, prevalecerá a seguinte norma:

- A) Lei Orgânica, que é a norma maior do município;
- B) constitucional ou a norma municipal, considerando a data da promulgação;
- C) constitucional, por superior a quaisquer outras normas;
- D) constitucional ou a norma municipal, dependendo do momento da aplicação;
- E) municipal com base no Princípio da Territorialidade;

24. O ato que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa devedora, com a correspondente inscrição representa:

- A) Lançamento da Receita;
- B) Previsão de Recolhimento;
- C) Arrecadação da Receita;
- D) Dívida Passiva;
- E) Previsão da Receita.

25. O desfazimento dos atos administrativos se dá pela:

- A) Ação Popular;
- B) Revogação e Anulação;
- C) Renovação;
- D) Anulação;
- E) Ação popular e Anulação.

26. Lei que determina o cancelamento de certos créditos tributários até determinado valor, inscritos em Dívida Ativa, trata de:

- A) Isenção;
- B) Prescrição;
- C) Moratória;
- D) Remissão;
- E) Imunidade Parcial.

27. Quanto à classificação dos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo:

- I. o ato administrativo pode ser classificado como ato vinculado ou ato discricionário;
- II. o ato administrativo pode ser classificado como atos gerais, aquele praticado sem visar um destinatário específico;
- III. o ato administrativo pode ser classificado como atos de império, aqueles nos quais a administração pública usa sua supremacia em relação ao particular;
- IV. o ato administrativo pode ser classificado como atos de expediente que são aplicados para impulsionar documentos que tramitam no âmbito da administração pública.

Dos itens acima mencionados:

- A) apenas a afirmativa III está correta;
- B) apenas as afirmativas I, IV estão corretas;
- C) as afirmativas I, II, III e IV estão corretas;
- D) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas;
- E) apenas a afirmativa I está correta.

28. Quanto à tributação nos Municípios, pode-se afirmar que:

- I. A contribuição de melhoria é um tributo de competência extraordinária dos Municípios;
- II. o IPTU é um tributo de competência privativa dos Municípios;
- III. os Municípios podem também instituir tributos de competência residual;
- IV. em um transporte intramunicipal há o recolhimento de ISS.

Dos itens acima mencionados, estão corretos apenas:

- A) II e IV;
- B) I, II, III;
- C) II e III;
- D) I e III;
- E) II, III e IV.

29. São princípios básicos da administração pública:

- A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- B) pessoalidade, moralidade, publicidade, eficácia e inidoneidade;
- C) legalidade, improbidade, pessoalidade, eficácia e discricionariedade;
- D) pessoalidade, eficiência, publicidade, discricionariedade e moralidade;
- E) idoneidade, eficiência, publicidade, moralidade, legalidade e pessoalidade.

30. De acordo com a Constituição da República, a União possui matérias para legislar de competência exclusiva e privativa. Portanto, pode-se afirmar que:

- A) toda e qualquer matéria de competência da União é indelegável, sendo sua responsabilidade exclusiva legislar a respeito de tais preceitos;
- B) a competência privativa da União jamais poderá ser delegada a outros membros;
- C) as matérias de competência privativa da União podem ser delegadas por medida provisória;
- D) as matérias de competência privativa da União podem ser delegadas por meio de lei complementar;
- E) as matérias de competência exclusiva da União, são atos administrativos deste ente, e, portanto poderá delegar para outros entes da federação via ato administrativo.

31. Das Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos da Cia. Friburgo Progresso, em 31.12.2005 e 31.12.2006, retiram-se os seguintes dados:

	31.12.2005	31.12.2006
Capital Circulante Líquido	R\$ 7.472,00	R\$ 16.024,00
Passivo Circulante	R\$ 5.430,00	R\$ 5.140,00

É correto afirmar que o aumento do Ativo Circulante da Cia. de 31.12.2005 para 31.12.2006, foi de:

- A) R\$ 10.884,00;
- B) R\$ 8.262,00;
- C) R\$ 290,00;
- D) R\$ 8.552,00;
- E) R\$ 12.926,00.

32. O resultado do inventário físico de estoques da Cia. Friburgo em 30/06/2006 apontou a existência de mercadorias no valor de R\$ 222.500,00. Ao verificar a contabilidade observou-se que a conta estoques acusava o saldo de R\$ 232.500,00 na mesma data. O contador concluiu que, devido à natureza dos produtos que comercializa, a diferença encontrada terá que ser ajustada na contabilidade, na qual deverá ser procedido o lançamento:

- A) Estoques
a CMV R\$ 10.000,00;
- B) CMV
a Estoques R\$ 10.000,00;
- C) Custo Extraordinário
a Estoques R\$ 10.000,00;
- D) Estoques
a Ajustes do Exercício R\$ 10.000,00;
- E) Estoques
a Ajustes Exercícios Anteriores R\$ 10.000,00.

33. O Resultado Bruto e o Resultado Líquido do exercício, respectivamente, em face dos saldos apurados nas contas relacionadas a seguir foi de:

Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 2.000,00
Custo dos Serviços Prestados	R\$ 400,00
Despesas Administrativas	R\$ 440,00
Despesas Financeiras	R\$ 520,00
Dividendos propostos	R\$ 92,00
ICMS sobre Vendas	R\$ 600,00
ISS sobre Serviços	R\$ 160,00
Provisão para Imposto de Renda	R\$ 160,00
Receitas de Serviços Prestados	R\$ 1.200,00
Vendas de Mercadorias	R\$ 4.000,00

- A) R\$ 5.200,00 e R\$ 920,00;
- B) R\$ 2.040,00 e R\$ 1.080,00;
- C) R\$ 5.200,00 e R\$ 1.080,00;
- D) R\$ 2.040,00 e R\$ 920,00;
- E) R\$ 2.040,00 e R\$ 828,00.

34. O recebimento da importância de R\$ 100.000,00 em espécie em 2006 por conta de serviços a serem realizados em 2007, provocou em 2006:

- A) Redução de Prejuízo ou Aumento do Lucro;
- B) Aumento de Prejuízo ou Redução do Lucro;
- C) Aumento do Ativo e do Passivo;
- D) Redução do Ativo e do Passivo;
- E) Aumento do Ativo e do Lucro.

35. Determinada empresa apresentou, em 31.12.2006, os saldos das contas abaixo relacionadas:

Bancos Conta Movimento	R\$ 4.600,00
Capital Social	R\$ 15.400,00
Custo com Mercadorias Vendidas	R\$ 2.600,00
Despesas com Aluguéis	R\$ 6.400,00
Despesas com Salários	R\$ 6.480,00
Duplicatas a Pagar	R\$ 12.000,00
Duplicatas a Receber	R\$ 10.000,00
Imóveis em Uso	R\$ 9.400,00
Impostos a Pagar	R\$ 9.800,00
Lucros Acumulados	R\$ 4.480,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 8.000,00
Mercadorias para Revenda	R\$ 4.400,00
Receitas de Aplicações Financeiras	R\$ 9.800,00
Receitas de Vendas	R\$ 8.000,00
Títulos a Receber	R\$ 7.600,00

Após a elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial, a empresa encontrará um:

- A) Ativo Circulante no valor de R\$ 29.200,00;
- B) Lucro Líquido no valor de R\$ 4.920,00;
- C) Patrimônio Líquido no valor de R\$ 22.200,00;
- D) Passivo Circulante no valor de R\$ 19.200,00;
- E) Ativo Permanente no valor de R\$ 9.400,00.

36. Uma companhia apura seu resultado pelo Princípio da Competência. O movimento de receitas e despesas de 2006 foi o seguinte:

Receita de 2005 recebida em 2006	R\$ 10.000,00
Receita de 2006 recebida em 2007	R\$ 200.000,00
Receita de 2007 recebida em 2006	R\$ 20.000,00
Despesa de 2005 paga em 2006	R\$ 5.000,00
Despesa de 2006 paga em 2006	R\$ 150.000,00
Despesa de 2007 paga em 2006	R\$ 10.000,00
Despesa de 2006 paga em 2008	R\$ 10.000,00

Em vista disso, pode-se afirmar que o resultado em 2006 foi:

- A) Prejuízo de R\$ 30.000,00;
- B) Prejuízo de R\$ 40.000,00;
- C) Lucro de R\$ 40.000,00;
- D) Lucro de R\$ 150.000,00;
- E) Lucro de R\$ 10.000,00.

37. O imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens e direitos, e, o imposto de transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição, são de competência, respectivamente:

- A) da União e dos Estados;
- B) do Distrito Federal e dos Estados;
- C) da União e dos Municípios;
- D) dos Municípios e dos Estados;
- E) dos Estados e dos Municípios.

38. Considerando os Princípios Fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade, o balanço demonstrado apresenta alguns erros. Refaça-o, considerando a correta classificação contábil, informando os totais, em reais, verdadeiros, do Ativo e do Passivo:

Ativo	
Ativo Circulante	3.450,00
Bancos	500,00
Duplicatas a Receber	650,00
Estoques	2.300,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.200,00
Contas a Receber	25,00
Ações em Tesouraria	1.175,00
Capital Social a Integralizar	2.000,00
Ativo Permanente	14.000,00
Investimentos	2.200,00
Terrenos	3.000,00
Imóveis	7.000,00
Veículos	1.500,00
Marcas e Patentes	300,00
Total do Ativo	20.650,00
Passivo	
Passivo Circulante	2.575,00
Fornecedores	1.000,00
Duplicatas Descontadas	75,00
Provisão para Devedores Duvidosos	125,00
Provisão para Imposto de Renda	1.375,00
Patrimônio Líquido	18.075,00
Capital Social	5.000,00
Reservas de Lucros	700,00
Depreciação Acumulada	875,00
Amortização Acumulada	60,00
Lucros Acumulados	11.440,00
Total do Passivo	20.650,00

O resultado correto é:

- A) 14.965,00;
- B) 16.340,00;
- C) 17.115,00;
- D) 16.540,00;
- E) 17.475,00.

39. Considere as informações da Demonstração de Resultado do Exercício da empresa Alfa & Beta, o saldo das Vendas Líquidas, do Resultado Bruto, do Resultado Operacional e do Resultado Líquido do Exercício, em reais, será respectivamente:

Vendas Brutas	110.000,00
Custo dos Produtos Vendidos	70.000,00
IPI sobre Vendas	16.000,00
ICMS sobre Vendas	12.000,00
Despesas Administrativas	14.000,00
Despesas Comerciais	6.000,00
Resultado não Operacional	42.000,00
Vendas Canceladas	10.000,00
Provisão para o Imposto de Renda	12.000,00

O saldo das Vendas Líquidas, do Resultado Bruto, do Resultado Operacional e do Resultado Líquido do Exercício, em reais, será respectivamente de:

- A) 82.000,00; 40.000,00; (18.000,00); 12.000,00;
- B) 94.000,00; 2.000,00; (18.000,00); 24.000,00;
- C) 72.000,00; 2.000,00; (18.000,00); 12.000,00;
- D) 98.000,00; 12.000,00; 16.000,00; (14.000,00);
- E) 78.000,00; (2.000,00); 16.000,00; (14.000,00).

40. A configuração gráfica completa do Balanço Patrimonial, observando a forma de apresentação determinada na Lei nº 6.404/76, devidamente consolidada, é a seguinte:

- A) Ativo Realizável a Curto Prazo, Ativo Realizável a Longo Prazo, Ativo Imobilizado. Passivo Exigível a Curto Prazo, Passivo Exigível a Longo Prazo, Não Exigível;
- B) Ativo Realizável a Curto Prazo, Ativo Realizável a Longo Prazo, Ativo Imobilizado, Ativo Diferido. Passivo Exigível a Curto Prazo, Passivo Exigível a Longo Prazo, Patrimônio Líquido;
- C) Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo, Ativo Permanente, Exigível a Curto Prazo, Passivo Exigível a Longo Prazo, Não Exigível;
- D) Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo, Ativo Permanente (investimentos, diferido e imobilizado). Passivo Circulante, Passivo Exigível a Longo Prazo, Resultados de Exercícios Futuros e Patrimônio Líquido;
- E) Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo, Ativo Permanente (investimentos, imobilizado e diferido). Passivo Circulante, Passivo Exigível a Longo Prazo, Resultados de Exercícios Futuros e o Patrimônio Líquido.